



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba

Gabinete da Desembargadora Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti

Decisão Monocrática

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0125466-07.2012.815.2001

RELATOR(A) : Des^a. Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti

APELANTE : Banco BVA S/A

ADVOGADO(A) : Wilson Roveri (OAB/SP Nº 62.397)

APELADO : Gerlane das Dores da Silva e outros

ADVOGADOS : Rodrigo Barreto Benfica (OAB/PB Nº 16.721)

Sônia Maria Benfica Merthan (OAB/PB Nº 14.881-B)

APELAÇÃO CÍVEL – PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA – PESSOA JURÍDICA – BANCO EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DESDE 2013 – AUSÊNCIA DE PROVA DA CONDIÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA ATUAL – ARGUMENTAÇÃO INSUFICIENTE – PEDIDO REJEITADO – ABERTURA DE PRAZO PARA RECOLHIMENTO DO PREPARO – RESPEITO AO PRINCÍPIO DA INAFSTABILIDADE DA JURISDIÇÃO.

A simples alegação de estar em fase de liquidação extrajudicial não é suficiente para o acolhimento do pedido de assistência judiciária gratuita feito por pessoa jurídica sem que haja prova robusta da situação atual de hipossuficiência econômico-financeira.

Ao indeferir o pedido de gratuidade da Justiça reiterado no momento da interposição da Apelação Cível, deve o julgador abrir prazo, oportunizando à parte o recolhimento do preparo recursal, sob pena de, não o fazendo, malferir o princípio da inafastabilidade da jurisdição.

Vistos, etc.

Trata-se de **Apelação Cível** (fls. 102/115) interposta pelo **Banco BVA S/A** em desfavor de sentença proferida pelo Juízo da 11^a Vara Cível da Comarca da Capital, nos autos da Ação de Obrigação de Fazer com Repetição do Indébito c/c Indenização por Danos Morais, ajuizada por **Gerlane das Dores da Silva e outros**.

Nas razões do recurso, o Banco promovido pugna, preliminarmente, pela concessão da assistência judiciária gratuita alegando a impossibilidade de arcar com o pagamento das custas do processo.

É o relatório.

Decido.

1 - Tendo em vista que o preparo consiste em pressuposto de admissibilidade, não obstante o despacho de fl. 162, cuja aferição é admitida em segunda instância, passo a analisar o pedido de gratuidade processual nesta oportunidade.

Ab initio, ressalto que a Apelante é instituição financeira, pessoa jurídica, de modo que a benesse processual pressupõe a efetiva demonstração da impossibilidade de suportar as despesas e encargos existentes na demanda, diferente das pessoas naturais, para as quais é suficiente a mera alegação de pobreza, no sentido jurídico do termo.

Nesse contexto, a simples alegação de estar em fase de liquidação extrajudicial não é suficiente para o acolhimento do pedido de gratuidade.

Em situação análoga, o STJ assim se manifestou:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. ENCARGOS MORATÓRIOS. PRECEDENTES DA CORTE. GRATUIDADE JUDICIÁRIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ.

[...]

2.- **"As pessoas jurídicas podem ser contempladas com o benefício da Justiça Gratuita. Cuidando-se, porém, de Banco, ainda que em regime de liquidação extrajudicial, a concessão da gratuidade somente é admissível em condições excepcionais, se comprovado que a instituição financeira efetivamente não ostenta possibilidade alguma de arcar com as custas do processo e os honorários advocatícios. Elementos no caso inexistentes."** (REsp 338.159/SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, DJ 22/04/2002).

[...]

4.- Agravo regimental improvido.¹

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. PEDIDO INDEFERIDO. CONCESSÃO DE PRAZO PARA O PREPARO. RECOLHIMENTO EFETUADO APÓS O PRAZO CONSIGNADO. DESERÇÃO CARACTERIZADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. **"Segundo a jurisprudência majoritária do STJ, em caso de indeferimento do pedido de gratuidade de justiça, há que se dar oportunidade de pagamento posterior do preparo; contudo, o não pagamento no prazo estipulado implicará deserção"** (EDcl no Ag 1047330/RJ, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, DJe 02/09/2010).

2. Agravo regimental desprovido.²

Sobre a matéria, a Primeira Câmara Cível desta Corte de Justiça

¹STJ. AgRg no AREsp 141.322/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 01/08/2013

²AgRg no AREsp 300.788/BA, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/06/2014, DJe 16/06/2014

tem se pronunciado no sentido da impossibilidade de deferimento da gratuidade em casos similares:

AGRAVO INTERNO. AÇÃO DE CANCELAMENTO DE ÔNUS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INDEFERIMENTO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA NA SENTENÇA. APELAÇÃO. BANCO CRUZEIRO DO SUL. PESSOA JURÍDICA. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO CABAL DE SITUAÇÃO EXCEPCIONAL QUE IMPOSSIBILITE O PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. DESPROVIMENTO DA SÚPLICA REGIMENTAL. - **O benefício da assistência judiciária gratuita pode ser deferido às pessoas jurídicas, desde que comprovada a sua impossibilidade de arcar com os encargos financeiros do processo.**³

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PESSOA JURÍDICA SEM FINS LUCRATIVOS. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA MISERABILIDADE JURÍDICA. INDEFERIMENTO. INTIMAÇÃO PARA COMPROVAR O PAGAMENTO DO PREPARO. NÃO ATENDIMENTO. NÃO CONHECIMENTO. SEGUIMENTO NEGADO AO RECURSO. A matéria em apreço já foi objeto de debate na Corte Especial e, após sucessivas mudanças de entendimento, **deve prevalecer a tese adotada pelo STF, segundo a qual é ônus da pessoa jurídica comprovar os requisitos para a obtenção do benefício da assistência judiciária gratuita, sendo irrelevante a finalidade lucrativa ou não da entidade requerente.** (STJ E Resp 603.137/MG Rel. Min. Castro Meira Corte Especial Julgado em 02/08/2010 Publicação no DJ 23/08/2010)⁴

APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA C/ DANOS MORAIS. SENTENÇA PELA PROCEDÊNCIA. **BANCO APELANTE QUE PLEITEIA JUSTIÇA GRATUITA NA VIA RECURSAL. ARGUIÇÃO DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL E DECRETAÇÃO DE FALÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE PRESUNÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA. AUSÊNCIA DE PROVA ROBUSTA NESSE SENTIDO. INDEFERIMENTO DA BENESSE E OPORTUNIZAÇÃO DE PRAZO PARA RECOLHIMENTO DO PREPARO, SEGUNDO ARTIGO 1.007, § 4º, DO CPC. DESCUMPRIMENTO DA MEDIDA. DESERÇÃO. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO.** - Nos termos da mais abalizada Jurisprudência do STJ, **"Não é presumível a existência de dificuldade financeira da empresa em face de sua insolvabilidade pela decretação da falência para justificar a concessão dos benefícios da justiça gratuita". Desse modo, em não tendo a empresa recorrente colacionado prova robusta no sentido de sua hipossuficiência financeira, mas, tão somente, juntado documentos relativos à liquidação extrajudicial e à posterior decretação de falência, é imperioso**

3TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00009373820148150321, 1ª Câmara Especializada Cível, Relator DES JOSE RICARDO PORTO, j. em 14-05-2015
4TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00016097820138152003, - Não possui -, Relator DES SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES, j. em 18-09-2015

o indeferimento da Justiça Gratuita, porquanto, segundo art. 99, § 3º, do CPC, "Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural". - Indeferida a benesse da Gratuidade Judiciária pleiteada pelo banco em seu apelo e oportunizado, na mesma ocasião, prazo adequado para recolhimento das custas recursais, na forma do art. 1.007, do CPC, há de se ter por deserto o recurso quando da omissão da parte no cumprimento desse requisito, tal como ocorrido in casu, devendo-se negar conhecimento ao recurso, monocraticamente, com arrimo no art. 932, III e p.ú., do CPC. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00027482520138150141, - Não possui -, Relator DES JOAO ALVES DA SILVA , j. em 04-07-2016)

Ademais, não foram acostados documentos que reflitam a situação financeira atual do Apelante, razão pela qual não faz prova da sua condição econômico-financeira para fins de se averiguar a impossibilidade de suportar as custas deste recurso.

Ante o exposto, **indefiro o pedido de assistência judiciária gratuita** requerido pelo Apelante, Banco BVA S/A, e **determino**, por conseguinte, **a intimação da aludida empresa para juntar comprovante de pagamento do preparo recursal, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de deserção.**

Ultrapassado o prazo acima, voltem-me os autos conclusos para os devidos fins.

Intime-se.

João Pessoa, 05 de março de 2018.

Desembargadora Maria de Fátima Moraes Bezerra Cavalcanti
Relatora